

## EIXO TEMÁTICO 2 | TRABALHO, QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

### NEOLIBERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: os impactos da dinâmica do capital sobre os processos de políticas públicas

### NEOLIBERALISM AND PUBLIC POLICIES: the impacts of capital dynamics on public policy processes

Erica Vanessa Ramos Costa<sup>1</sup>  
Líliá Penha Viana Silva<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo tem a pretensão de realizar uma análise crítica sobre os impactos do neoliberalismo sobre as políticas públicas. Para tanto, recorre-se ao materialismo histórico-dialético como método para lançar um olhar crítico sobre a temática enfatizando as características do neoliberalismo em um país de capitalismo dependente como o Brasil e a configuração das políticas públicas a partir da Constituição Federal de 1988. Conclui-se que a dinâmica neoliberal no Brasil coloca as políticas públicas em um contexto adverso e pouco promissor para a garantia de direitos. Entretanto, com elementos críticos que podem subsidiar discussões que sirvam de base para o redimensionamento de políticas públicas.

**Palavras-chaves:** Políticas Públicas. Neoliberalismo. Questão Social.

#### ABSTRACT

This article aims to carry out a critical analysis of the impacts of neoliberalism on public policies. To this end, dialectical historical materialism is used as a method to take a critical look at the issue, emphasizing the characteristics of neoliberalism in a country of dependent capitalism like Brazil and the configuration of public policies following the Federal Constitution of 1988. Conclusion It is clear that the neoliberal dynamics in Brazil place public policies in an adverse and unpromising context for guaranteeing rights. However, with critical elements that can support discussions that serve as a basis for resizing public policies.

<sup>1</sup> Doutoranda em Políticas Públicas – Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – PPGPP/UFMA. Bolsista CAPES. E-mail: erica.vanessa@discente.ufma.br

<sup>2</sup> Doutora em Políticas Públicas - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão – PPGPP/UFMA. E-mail: lilia.penha@ufma.br

**Keywords:** Social Public Policies. Neoliberalism. Social Issues.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de estudos e reflexões empreendidos no processo de doutoramento em políticas públicas, no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão. De natureza teórica, propõe-se a aprofundar conhecimentos sobre a relação entre as políticas públicas e o neoliberalismo. Entendendo que as políticas públicas nascem em um contexto diferente do momento atual do capital, nos inquieta saber o lugar das políticas públicas nas entranhas do neoliberalismo enquanto fase do capital que nasceu a partir da crítica ao Estado de bem estar social. As políticas públicas enquanto fenômenos complexos, se gestaram em uma conjuntura de confluência de situações concretas que culminaram no equilíbrio para a reprodução e reificação do capital. Por outro lado, as políticas públicas sociais são instrumentos para a garantia de direitos nos marcos da sociedade capitalista, por outro lado também servem como mecanismos de reprodução do capital mantendo o controle sobre a classe trabalhadora e as expressões da questão social. Entretanto, com as modificações “das regras do jogo econômico”, as políticas públicas, principalmente as de corte social, vem perdendo espaço enquanto elemento garantidor de direitos.

Parte-se do pressuposto que a crise no sistema capitalista é estrutural e necessária para o sociometabolismo do capital como salienta Meszaros (2011). A cada ciclo de crise, as forças produtivas do capital se reinventam para a manutenção e aumento da margem de lucro que, a partir do pensamento de Marx (1998), é proveniente da produção de mais valia e da exploração da classe trabalhadora. Todavia, esse movimento é mais complexo tendo em vista as modificações em várias frentes no que concerne a vida em sociedade. Não se trata apenas da mudança sobre base de produção material e as modificações sobre a organização e gestão do trabalho. A organicidade entre estrutura e superestrutura reverbera e potencializa as modificações da base material atingindo a forma como os sujeitos concebem a si mesmo, ao outro e ao mundo. A reorganização do capital a partir de 1970 com o neoliberalismo é a manifestação mais aparente do movimento descrito. E os efeitos do neoliberalismo sobre as políticas públicas é um recorte, dentre os outros que podem ser feitos sobre o movimento efetivo do capitalismo ao longo dos anos. O objetivo deste trabalho foi realizar uma reflexão sobre os efeitos do neoliberalismo e as políticas públicas sociais especificando o contexto do Brasil enquanto país de capitalismo dependente. Para a construção deste artigo foi

realizada uma revisão bibliográfica sobre os seguintes eixos estruturadores do artigo: neoliberalismo, questão social e políticas públicas.

Para a estruturação de um fio condutor deste artigo as ideias foram organizadas da seguinte maneira: foi exposto um levantamento histórico e conceitual sobre as políticas sociais. Em seguida uma análise sobre a dinâmica neoliberal e das políticas públicas no contexto brasileiro a partir da Constituição Federal de 1988.

## **2 CAPITALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONSTRUTOS TEÓRICOS, CONCEITUAIS E MARCOS HISTÓRICOS**

A forma como os homens se organiza para satisfazer suas necessidades é a base para a constituição de uma teia de sustentação das relações sociais. É a relação orgânica entre estrutura e superestrutura que é desvelada pelo pensamento marxiano no processo de entendimento do sistema capitalista e da sociedade burguesa. Analisar o movimento do capitalismo no desenrolar de determinados contextos históricos nos permite localizar subsídios para discussões necessárias em tempos sombrios do capitalismo com o exacerbamento da desconfiguração da humanidade e de como isso afeta a produção de políticas públicas no contexto brasileiro. A dinâmica do capital é constituída por diversos elementos, dentre eles é interessante destacar: a crise e a capacidade de se reinventar a partir dela, ressurgindo com novas configurações, mas que não deixa de explorar as duas principais fontes de riqueza da sociedade: o trabalho humano e a natureza. E outro elemento que merece destaque é a geração de desigualdade e de pobreza que faz parte da organicidade do capital e tal dimensão é notadamente especificada na composição da lei geral de acumulação do capital. Esses elementos, mas não apenas estes, são fundamentais para o processo de reificação e reprodução do capitalismo, principalmente quando se trata de países de capitalismo dependente<sup>3</sup>, entendendo a dinâmica do capital que se estende pelos “limites” globais, determinado a países suas respectivas posições no jogo político e econômico.

Os dois elementos aqui citados possuem uma inter-relação que é evidenciada no momento que o movimento próprio do capital de geração de pobreza e desigualdade alcança as raias do próprio

---

<sup>3</sup> A partir de Marini (1990), o termo "capitalismo dependente" é usado para descrever uma forma específica de capitalismo que existe em países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos. Essa teoria foi desenvolvida principalmente por teóricos da dependência, uma corrente de pensamento na economia e nas ciências sociais que busca entender as relações econômicas desiguais entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

sistema, levando a uma situação de crise. A crise por sua vez possui função no sociometabolismo do capital: a de reconfigurar o sistema e fazê-lo mais forte. (MÈSZÁROS, 2011). Neste ínterim é pertinente demarcar o lugar das políticas públicas como mecanismo construído e acionado, sempre que necessário para o arrefecimento dos efeitos das crises cíclicas do capital. E o Estado é a instituição eleita para a operacionalização das políticas públicas para este fim específico. Todavia, a cada nova crise, as configurações do capital se modificam e toda a regra do jogo é transformada em “detalhes” que modificam as respectivas funções dos elementos envolvidos neste processo. Essa tática característica de mediação por parte do Estado via políticas públicas e sociais é própria de uma fase do capitalismo que nasceu após período de crise, no final do século XIX. O período pós 2ª Guerra Mundial foi fecundo para a generalização de diversas experiências com estes parâmetros pelo mundo, a saber, os países de capitalismo central. Sobre o limiar das políticas sociais e sua expansão, tem-se que:

(...) não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classes e do desenvolvimento de intervenção estatal. Sua origem é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democrata e ao estabelecimento dos Estados-nação na Europa Ocidental do final do século XIX (PIERSON,1991), mas sua generalização situa-se na passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, em especial na sua fase tardia, após da Segunda Guerra Mundial (pós 1945). (BEHRING e BOSCHETTI, 2011 p. 47)

As políticas sociais nascem com a função precípua de regulação dos indivíduos que são possuidores de sua força de trabalho, canalizando esta força e potencialidades para manutenção da ordem social estabelecida. A demarcação histórica de ineditismo das políticas é o fato da declarada coerção às situações de não trabalho, tendo em vista que, é dado ao trabalho um novo significado social com o acréscimo da liberdade e competitividade no processo de mercadorização da força de trabalho. A moral em torno do trabalho possui suas bases nesse novo significado dado ao trabalho e isso deu a tônica para as protoformas das políticas sociais na sua gênese.

No processo de generalização das políticas sociais, o tom dos processos se deu a partir da conformação de classes para um pretense bem coletivo. Demarca-se as políticas Keynesianas, nos Estados Unidos; o Estado de Providência, na França; e o modelo de seguro social Bismarckiano, na Alemanha. Titmuss (1974) e Esping-Andersen (1990) classificam os estados de bem-estar da Alemanha e da França como meritocrático-produtivistas ou conservadores-corporativos. Amable (2005), classifica França e Alemanha como um modelo de capitalismo europeu continental. Já na

tipologia de Théret (2003), apenas a Alemanha tem as características de um modelo corporativo-meritocrático e a França é um caso heterogêneo de sistema corporativo e social democrata.

Todas essas tipologias salientam o fato de que os mecanismos de proteção social foram, em geral, desenvolvidos nesses países sob duas grandes influências: as organizações corporativistas dos trabalhadores e as formas tradicionais de solidariedade social articuladas em torno da religião (da Igreja Católica, especialmente). Essa dupla caracterização fez com que as políticas sociais se desenvolvessem sob a marca da diferenciação (de acordo com a profissão) e da proteção voltada à família patriarcal (incentivando a maternidade e excluindo explicitamente mulheres solteiras). Além disso, do ponto de vista político, isso ajudou a manter uma estrutura voltada para o trabalho, já que foram as forças conservadoras que, sob a pressão dos assalariados implementaram os sistemas de proteção social nesses países. As condições concretas para a instauração dessa “fase” do capital, passam a se modificar com a crise de 1970, o que leva a paulatina superação do estado de bem estar keynesiano e suas experiências derivativas pelo mundo. Uma desregulamentação do sistema monetário internacional e dois choques petrolíferos (em 1973 e 1979) estiveram na origem de uma crise econômica que, no início dos anos 1970, travou o ritmo de crescimento nos países industrializados.

Assim, a crise em análise não foi mais uma crise conjuntural e passageira como outras tantas que existiram no decorrer do século 20. Ao contrário, foi uma crise que produziu uma notável virada histórica e uma grande mutação da tendência dominante nas sociedades capitalistas. No que se refere à grande mutação, quer se indicar principalmente que ela gerou o desenvolvimento de um novo padrão tecnológico – baseado nas descobertas da microeletrônica e nos avanços da informática – e um novo modelo de produção – denominado modelo toyotista. Em relação à notável virada histórica, quer se dizer que a crise referida levou, por um lado, a uma crescente relativização das ideias socialistas, a uma forte crítica da participação do Estado na economia e à refutação das principais teses desenvolvidas por John Maynard Keynes – ou seja, conduziu ao abandono de tudo aquilo que estruturou o período histórico responsável pela construção do estado de bem-estar e pelo reconhecimento dos direitos econômicos e sociais – e, por outro, à adoção das ideias neoliberais, à defesa da tese do estado mínimo e à supremacia das ideias monetaristas. (BEDIN E NIELSSON, 2013, p. 38)

Essa guinada do sistema capitalista significou uma série de modificações nos âmbitos das relações sociais, das relações de produção e nas formas de contenção e conformação da classe trabalhadora. E as políticas públicas e sociais estão na linha de frente dessas modificações, pois a retirada do Estado como mediador entre as expressões da questão social e os objetivos do grande capital foi uma ação adotada a partir do Consenso de Washington, realizado em 1989. E teve como principal objetivo responder a seguinte questão central: Seria função do Estado planejar e realizar

investimentos econômicos, tendo em vista a estagnação proveniente do Estado de Bem-Estar Social e as críticas ao modelo soviético de organização social?

A resposta negativa leva os primeiros países a adotarem as medidas neoliberais. Destaca-se o Chile, governado pelo ditador Augusto Pinochet; a Inglaterra, comandada por Margareth Thatcher, e os Estados Unidos, presidido por Ronald Reagan. Eles realizaram uma série de privatizações e retiraram inúmeros direitos sociais que eram concedidos à população pelo Estado, com o objetivo de reduzir os gastos estatais. Essas medidas encontraram diversas resistências, com exceção da ditadura chilena, principalmente no caso inglês, com uma forte ação contrária de sindicatos, que lutavam contra o desemprego resultante dessas medidas. As políticas públicas e sociais, por sua presença histórica, foram eleitas pela comunidade científica como área de conhecimento a ser explorada pelas mais diversas ciências e áreas do conhecimento. A partir disso muito é produzido sobre as políticas públicas, notadamente há a prevalência de estudos que problematizam a racionalidade inerente às políticas públicas e seus processos. Mas também são perceptíveis estudos de políticas públicas no que tange o limiar político. Não que essas dimensões sejam autônomas, pelo contrário, são organicamente articuladas, são totalidades que se articulam e compõem uma totalidade mais complexa. Os Estados Unidos e os países da Europa figuram como os primeiros a colocar as políticas públicas como objeto de conhecimento.

Mead (1995) conceitua política pública como um campo que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Lynn (1980) as vê como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Dye (1984) classifica como algo que o governo escolhe fazer ou não fazer. Laswell (1936) destaca que as políticas públicas implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Em uma abordagem mais próxima da realidade brasileira Silva (2010) conceitua política pública como

(...) forma de regulação ou intervenção na sociedade. Trata-se de um processo que articula diferentes sujeitos que apresentam interesses e expectativas diversas. Representa um conjunto de ações ou omissões do Estado, decorrentes de decisões e não decisões, construídas por jogos de interesse, tendo como limites e condicionamentos os processos econômicos, políticos, sociais e culturais de uma sociedade historicamente determinada. (SILVA, 2010 p. 43)

À luz desses direcionamentos teóricos infere-se que, do ponto de vista conceitual qualquer teoria da política pública, precisa explicar as inter relações entre estado, política, economia e sociedade.

### 3 A DINÂMICA DO CAPITAL E AS DINÂMICAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO BRASILEIRO: CONSIDERAÇÕES PERTINENTES

Pensar o Neoliberalismo como momento do modo de produção capitalista nos remete a retomar os elementos residentes na sua gênese, a saber o liberalismo, o individualismo. Hayek (1990) pontua que os princípios fundamentais do liberalismo não possuem nenhum elemento que o torne um dogma estático, nenhuma regra fixa e imutável. O princípio essencial de aproveitar ao máximo as forças espontâneas da sociedade e usar a coerção o mínimo possível pode ser aplicado de diversas maneiras. Existe, em particular, uma grande diferença entre intencionalmente criar um sistema no qual a competição gere os maiores benefícios possíveis e simplesmente aceitar passivamente as instituições como estão.

Como já exposto anteriormente, a crise no bojo do capitalismo possui função primordial para a reprodução e reificação do capital, principalmente com as ditas “saídas” arquitetadas para a superação da crise. Muitas vezes mediada e legitimada pelo poder político e suas representações estatais local e global.

O neoliberalismo é um termo que se refere a uma abordagem política e econômica que enfatiza a importância da livre iniciativa, da competição no mercado e da redução da intervenção do Estado na economia. Essa ideologia ganhou destaque a partir das décadas de 1970 e 1980 como uma resposta às políticas econômicas keynesianas e ao intervencionismo estatal que predominaram em muitos países após a Segunda Guerra Mundial. O neoliberalismo sob um olhar sociológico, com vistas a entender o fenômeno e categorizá-lo enquanto acontecimento multidimensional, assume determinadas características fundamentais: o pensamento neoliberal valoriza a liberdade de mercado e acredita que a competição entre empresas e indivíduos é o principal motor do crescimento econômico. Os defensores do neoliberalismo argumentam que os mercados livres são mais eficientes na alocação de recursos do que a intervenção governamental. Uma grande empreitada a partir da retórica da ineficiência do Estado foi efetiva em escala global como elemento de legitimação do desmonte do Estado no mundo. Nos países de capitalismo periférico, os efeitos dessa ação e dessa retórica foram e são devastadores, principalmente no que se refere à operacionalização de políticas públicas porque afeta diretamente a questão do financiamento e orçamento.

A era de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi marcada por esse mote, que já vinha de Collor, cujas características de outsider ou o que vem de fora) não lhe outorgaram legitimidade política para conduzir esse processo. Tratou-se, como se pode observar, de “reformas” orientadas para o mercado, num contexto em que os problemas no âmbito do Estado

brasileiro eram apontados como causas centrais da profunda crise econômica e social vivida pelo país desde o início dos anos de 1980. (BEHRING e BOSCHETTI, 2011 p. 148)

No Brasil o neoliberalismo se manifestou inicialmente através da chamada contrarreforma do Estado (BEHRING,2008). A contrarreforma do Estado no Brasil teve um direcionamento definido por fatores estruturais e conjunturais, tanto internos quanto externos, e pela disposição política da coalizão centro-direita nos anos de 1990. Uma das ideias centrais do neoliberalismo é a “redução” do papel do Estado na economia. Isso envolve a privatização de empresas estatais, a “diminuição” dos gastos públicos e a redução das regulamentações governamentais. A sinalização entre aspas das palavras é proposital para explicar, a partir de Oliveira (1998) que o Estado precisa ser robusto para fomentar o substrato de sustentação de um mercado livre, aos moldes do que necessita o capitalismo. A operacionalização dessa ação se dá através de dirigentes com ações impopulares, que são colocadas como a única solução possível, abrindo espaço para intervenções autoritárias.

Os neoliberais advogam pela redução das regulamentações governamentais sobre as atividades econômicas. Acredita-se que a remoção de barreiras regulatórias estimula a inovação, a eficiência e o crescimento econômico. O termo “regulação” é bastante amplo e abrange a organização de todas as atividades econômicas através do Estado. Seja interferindo no serviço público ou no uso do poder de polícia. O Estado “melhora” ou regula as atividades econômicas tanto na prestação de serviços públicos aos cidadãos como na regulação da sua utilização - através da fixação de preços, a quantidade de bens produzidos, etc. - por exemplo, alterando as regras sobre o exercício dos poderes administrativos da polícia.

A privatização é uma diretiva mundial, que se origina a partir da globalização da economia e em decorrência da dita “falência” do Estado, ocasionando a reconfiguração do jogo político e das atribuições do Poder. Privatizar, como o próprio termo sugere, significa tornar privado. Indica, portanto, a passagem de propriedade ou atribuições exercidas pelo Estado à iniciativa privada. Em sentido mais amplo, o termo é empregado em referência a diversas situações específicas que têm como ponto de ligação o fato de estarem inseridas em um movimento de revisão do papel do Estado no domínio econômico, mas que não são todas redutíveis ao sentido antes indicado.

A austeridade fiscal é a condensação de uma série de medidas adotadas pelo Estado para manter um equilíbrio entre seus gastos e sua arrecadação. Existem quatro maneiras de austeridade fiscal: aumento dos impostos e corte de gastos; aumentar impostos e manter o mesmo número de gastos; manter impostos inalterados e cortar gastos. O neoliberalismo tende a promover a austeridade fiscal, que envolve a restrição dos gastos públicos e o foco na redução do déficit



orçamentário. Isso muitas vezes leva a cortes em programas sociais e serviços públicos. A grande questão que se processa levando em consideração a realidade brasileira é a dinâmica desta carga tributária, o que envolve seus aumentos, cortes e concessões. Aumentar a carga tributária não significa a alocação desses recursos para o atendimento das necessidades sociais das pessoas que mais precisam. Essa postura do Estado não contradiz as diretrizes neoliberais. Entretanto, a crítica que se estabelece diz respeito aos efeitos nefastos que esse tipo de manipulação orçamentária ocasiona sobre o orçamento de políticas públicas sociais centrais como a Seguridade Social.

O esvaziamento orçamentário das políticas públicas se dá em razão da realocação da receita estatal para o mercado financeiro, por meio do pagamento da dívida pública. E mais recentemente no governo de Bolsonaro, montantes de recursos públicos foram alocados nas chamadas emendas parlamentares que alimentavam o “orçamento secreto”. De acordo com o Siga Brasil, houve um gasto de 93 bilhões com emendas parlamentares, isso significa um valor triplicado em relação a governos anteriores. A Globalização, como fenômeno inerente à nova ordem do capital, endossa a abertura das economias ao comércio internacional e ao investimento estrangeiro. A retórica da globalização gira em torno de argumentos sobre a maior eficiência econômica e a um aumento da prosperidade global. Entretanto, esse discurso de coletividade na busca pelo desenvolvimento é posto em cheque quando se analisa o posicionamento de cada país no jogo político e econômico mundial, e na relação desigual que se esboça através de práticas imperialistas das potências globais.

Na contramão da dita socialização mundial através da globalização, existe a ênfase no indivíduo que também é materializada no neoliberalismo através da valorização da autonomia e da responsabilidade individual. Isso se reflete na relevância de políticas que encorajam a iniciativa pessoal e a competição. Esse movimento possui efeitos mais profundos do que a simples exacerbação do egoísmo no contexto social. Significa a individualização da questão social e suas expressões. Essa perspectiva acarreta a desresponsabilização do Estado e por conseguinte o retorno da filantropia como solução à questão social. É importante observar que o neoliberalismo é uma ideologia complexa e tem sido objeto de debates e críticas intensos. Seus defensores argumentam que ele promove a eficiência econômica, o crescimento e a liberdade individual, enquanto seus críticos apontam para os possíveis impactos negativos, como o aumento das desigualdades sociais, a fragilização dos sistemas de bem-estar social e a exploração de recursos naturais sem considerações ambientais.

Um aspecto a ser enfatizado nessas breves considerações sobre o neoliberalismo é a reestruturação produtiva do capital. A reestruturação produtiva do capital é um conceito que se

refere a mudanças fundamentais nas formas de organização, produção e distribuição de bens e serviços em uma economia. Esse processo está diretamente ligado às transformações econômicas, tecnológicas e sociais que ocorrem ao longo do tempo e que afetam a maneira como as empresas operam e interagem com o mercado. A reestruturação produtiva pode ocorrer por uma variedade de razões, incluindo avanços tecnológicos, mudanças nas demandas do mercado, concorrência global, pressões de custos, entre outros fatores. Esse processo muitas vezes envolve a adoção de novas tecnologias, a automação de processos, a reorganização das cadeias de suprimentos, a busca por eficiência e a adaptação a novas tendências de consumo.

É importante notar que a história política e econômica do Brasil é complexa, e as políticas adotadas por diferentes governos foram influenciadas por uma variedade de fatores, incluindo pressões internas e externas, bem como mudanças nas condições econômicas globais. O neoliberalismo no Brasil desencadeou debates acalorados sobre seus benefícios e desvantagens, e suas ramificações continuam a ser discutidas até os dias atuais.

A introdução de tecnologias avançadas, como automação, robótica, inteligência artificial e a plataformização do trabalho leva a uma reestruturação da forma como a produção é realizada. Os entusiastas da reestruturação produtiva do capital defendem que isso resulta em maior eficiência, redução de custos, aumento da produtividade e até mesmo na eliminação de postos de trabalho. Porém, quando a situação é desnudada, os determinantes fundamentais de sustentação do capitalismo vêm à tona: a precíua exploração das duas fontes de riqueza da humanidade: a força de trabalho e a natureza.

Nesta questão, refere-se ao trabalho no contexto do capital que é gerador de alienação e desconfigura o sujeito enquanto ser social. O trabalho no capitalismo se converte de elemento potencializador da condição humana para mecanismo de desumanização e produção de pobreza, como sinaliza Marx (1998). Com o desenvolvimento das forças produtivas no contexto do capital é elemento impulsionador da exploração de humilhação da classe trabalhadora.

A flexibilização do trabalho é uma faceta da “nova” gestão do trabalho que é posta nos marcos do neoliberalismo. A reestruturação muitas vezes envolve uma mudança na forma como o trabalho é organizado e na forma como se dá o processo de exploração do capital sobre a força de trabalho. Isso pode incluir a adoção de contratos de trabalho temporários, terceirização de atividades não essenciais, uso de trabalhadores independentes (*freelancers*) e outras formas de flexibilização para potenciar a produção de mais valia.

A crítica da flexibilização a partir de Marx requer uma abordagem distinta, por partir de outras bases e considerar, por exemplo: i) Que existe uma assimetria entre trabalhadores e capitalistas: trabalho e capital conformam uma relação social de produção e não apenas uma relação técnica; ii) Que o objetivo principal do capitalismo é a valorização máxima do próprio capital, sendo a geração de empregos objetivos secundários ou antagônicos em relação ao primeiro; iii) Que o direito do trabalho existe para proteger o trabalhador, portador indissociável do mesmo, não sendo possível considerar o trabalho como uma simples mercadoria; iv) Que o capital não é um fator de produção, mas o detentor do dinheiro-riqueza em geral e como tal tem direitos na apropriação do lucro geral de cada período; v) Que o progresso técnico que aumenta a produtividade social do trabalho é necessariamente tendente a elevar a composição técnica do capital, o que torna o desemprego um fenômeno estrutural e necessário, criando o chamado exército de reserva; vi) Que a queda do salário ou a diminuição da regulação trabalhista não altera a tendência do capitalismo de gerar desemprego, pois essa é intrínseca à lógica do capital; vii) Que a dinâmica da produção nada tem a ver com a função de produção neoclássica, em que se usa mais trabalho ou mais capital em função dos preços relativos desses ditos fatores; viii) Que a estrutura social do modo de produção capitalista não permite que o trabalhador escolha quanto ofertar de trabalho, a partir do *tradeoff* lazer e consumo; ix) Que para a análise do trabalho no capitalismo é necessário ter uma perspectiva de classe, já que o trabalho nesse sistema é realizado majoritariamente de forma coletiva. (OLIVEIRA, 2013 p. 10)

Somado a isso tem-se a globalização e cadeias de suprimento onde as empresas frequentemente buscam otimizar suas cadeias de suprimentos, aproveitando os recursos e as vantagens competitivas disponíveis em diferentes partes do mundo. Isso pode envolver a produção de componentes em diferentes países e sua montagem final em outro local, por exemplo. E também a alocação de países subordinados na ordem global à função de exportador de commodities, para a manutenção dos lugares no chamado imperialismo global.

A reestruturação também pode ser influenciada por mudanças nas preferências dos consumidores e nas demandas do mercado. As empresas podem se ajustar para atender a novas tendências e demandas, o que pode envolver a criação de novos produtos ou a adaptação dos existentes. Isso direciona a reflexão sobre a capacidade de manipulação das necessidades humanas e o fetiche em torno da mercadoria. O *status* de cidadão consumidor ganha espaço em detrimento do cidadão com participação política autônoma. Acessar o mercado para a satisfação de necessidades é primordial para a finitude do ciclo da mercadoria no capitalismo.

O domínio sobre os sujeitos também reside na forma como se satisfaz as necessidades e como novas necessidades são forjadas para a produção de novas mercadorias. As necessidades acompanham a evolução das forças produtivas, e, no contexto do capital, esse fenômeno é perpassado pela alienação<sup>4</sup>. No tocante às políticas públicas no contexto neoliberal, o controle e

---

<sup>4</sup> A alienação, para Marx, refere-se a uma condição na qual os indivíduos se sentem estranhados, separados ou desligados de aspectos fundamentais de suas vidas.

manipulação das necessidades humanas resvala sobre a forma como a sociedade enxerga as políticas públicas, em uma tendência ascendente em concebê-las como ações necessárias para a sobrevivência de quem não tem a “capacidade” de prover suas existências através do mercado. Isso descaracteriza a pretensa universalidade que é própria de políticas públicas fundamentais como a saúde, por exemplo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na extensa teia de produções teóricas sobre o capitalismo e as políticas públicas é perceptível o desenvolvimento de linhas de raciocínio que podem ser divergentes ou se complementam. Ora possam partir de uma perspectiva de defesa do neoliberalismo, ora numa perspectiva crítica. Este trabalho dedicou-se a construir uma reflexão breve e crítica do neoliberalismo enquanto fase do capital e seus rebatimentos sobre as políticas públicas no contexto brasileiro.

As políticas públicas nascem em uma fase anterior ao neoliberalismo, em um contexto em que as condições materiais em diversos países de capitalismo central foram propícias para a estruturação de padrões de proteção social mediatizados pelas políticas públicas sociais. Todavia, nos países de capitalismo dependente, as políticas públicas nascem em contexto de avanços e retrocessos. O marco das políticas sociais no Brasil é a Constituição Federal de 1988 que lança as bases da Seguridade Social através das políticas públicas de saúde, assistência social e previdência social. Mas a tônica mundial já caminhava para o questionamento dos padrões de proteção social devido à estagnação econômica. A “nova” gestão do trabalho, a “nova” forma de concepção da questão social e expressões da questão social como problemas de cunho individual ocasiona um descompasso entre a legislação e os processos de formulação e implementação de políticas públicas. Com a contrarreforma do Estado Brasileiro e o esvaziamento dos orçamentos e financiamentos para as políticas públicas os índices de desigualdade crescem.

Analisar as políticas públicas está para além das construções teóricas sobre os modelos existentes, pois elas carregam no seu cerne as tensões provenientes das lutas de classe e das contradições inerentes ao capitalismo independente de sua fase. Além disso, a tendência das políticas públicas no capitalismo está inscrita nos elementos históricos atuais, perpassada por pontos de estrangulamento que podem significar reconfigurações para reforço do capital ou garantias de direitos. Sobretudo, a essencialidade das políticas públicas para o capitalismo é uma dimensão que não pode ser desconsiderada. O sistema capitalista é destrutivo do homem e da natureza e

consequentemente é um fenômeno autodestrutivo. As políticas públicas fazem parte do arcabouço de estratégias de sustentação do capitalismo e da sociabilidade burguesa face a estado de barbárie que espreita o capitalismo.

### **REFERÊNCIAS**

- AMBLE, B. Morals and politics inte ideology of neo-liberalism. Socio Economics Review. vol.09, nº1, p. 3-30, 2011.
- BEDIN, G. A., and NIELSSON, J. G. A crise da década de 1970: observações sobre as ideias neoliberais e suas consequências. In: COSTA, L. C., NOGUEIRA, V. M. R., and SILVA, V. R., orgs. A política social na América do Sul: perspectivas e desafios no século XXI [online]. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2013, pp. 27-41.
- ESPING-ANDERSEN, O futuro do welfare state na nova ordem mundial. Lua Nova, nº 35, p. 73-111, 1995.
- MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. O manifesto do Partido Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MARINI, Rui Mauro. A dialética da dependência. México: Editora Era, 1990.
- MESZAROS, Istvan. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- THERET, B. As instituições entre as estruturas e ações. Lua Nova, nº 58, p.225-254, 2003.
- TITIMUS, R M. Social policy: an introduction. Nova York: Pantheon Book, 1974.
- OLIVEIRA, Ana Luiza Matos de. AS RELAÇÕES DE TRABALHO PARA MARX E A CRÍTICA DA FLEXIBILIZAÇÃO: A LUTA DE CLASSES NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO. In: X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.